

A VILA DE COLUMELA E A SUA RACIONALIDADE

Douglas de Castro Carneiro¹

INTRODUÇÃO

Na Europa os estudos sobre agricultura antiga tem ganhado espaço nos últimos anos na Europa, e os seus reflexos tem atingido o Brasil. Historicamente os manuais de agricultura foram redescobertos no final da Idade Média e início do Renascimento depois traduzido do latim para as línguas nacionais. Em princípio temos o *De Re Rustica* de Catão, Varrão e Columela e alguns dos livros da *História Natural* de Plínio o velho e as *Geórgicas* de Virgílio (Kolendo, 1980:15). De acordo com Marie Pierre Zannier, “pelo número e pela qualidade de suas produções, a literatura agrária romana pode ser considerada um fenômeno social a parte” (Zannier, 2007:8). Estes escritos didáticos atendem aos interesses de diferentes grupos sociais que foram beneficiários dessas transformações e apontam para um período de expansão dos modelos agrícolas do mediterrâneo. A leitura deste corpus documental tem sido realizada principalmente pela perspectiva econômica relembrando a querela entre “primitivistas” e “modernistas” visando à discussão da produtividade do trabalho nas vilas rurais. Estas questões em últimos se remeterá a questão da racionalidade econômica nas vilas descritas por Columela e a sua possível racionalidade. O objetivo desta comunicação é analisar como a descrição de sua racionalidade dá base não apenas para uma discussão meramente econômica, mas dá espaço para discussões políticas e ideológicas.

Tendo em vista essa discussão, a exposição será dividida em duas partes: Inicialmente, após uma apresentação sobre Columela e a sua obra, em seguida procuramos elucidar como a historiografia moderna tem analisado a descrição proposta por este autor.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Ouro Preto sobre orientação do professor Dr. Fábio Duarte Joly.

A VILA COLUMELIANA E A SUA RACIONALIDADE

Nosso conhecimento sobre a história pessoal de Lucio Moderato Columela e as datas dos seus escritos, tem derivado de sua conjectura e das referências incidentais em que ele faz a diversas pessoas e lugares. Sabemos que ele era da cidade de Gades (Cádiz), um *municipium* romano ao sul da Espanha na província da Bética. Ele faz muitas referências a Júlio Gálio e M. Trebélío Máximo. Este último pode ter sido o legado por qual em 36 d.C., Columela teria servido como tribuno militar na VI legião Ferrata estacionada na Síria. Uma inscrição descoberta em 1685 em Tarento atesta este cargo. No Império Romano, possuía terras na região da Toscana, no Lácio e nos arredores de Ardea. Columela ficou conhecido por ter escrito o *De Re Rustica*. De acordo com René Martin, “o tratado columeliano foi escrito em aproximadamente doze livros e dedicado a um homem com o nome de P. Silvino e o livro XI dedicado a C. Augusto, possivelmente um sacerdote ligado ao culto a Augusto” (Martin, 1974: 1963).

O primeiro livro contém direções gerais sobre a terra, o suprimento de água, o arranjo para a construção de prédios nas fazendas. O segundo livro remete-se a colheita e ao enriquecimento da terra e o cuidado com várias colheitas. Os terceiros, quarto e quinto livros são devotados ao cultivo e a colheita das frutas, dos arbustos, das vinhas e das oliveiras. O sexto livro contém instruções para a escolha do gado, dos cavalos, das mulas, junto com um discurso sobre a medicina veterinária. O sétimo livro continua o assunto com a referência aos pequenos animais, como as ovelhas, cabras, porcos e cães. O oitavo livro relata sobre as pescarias. O nono livro relata sobre o cuidado com as abelhas. O livro X é um livro escrito em Hexâmetro para satisfazer a Gálio e a Silvino por um gosto sobre a propagação das vinhas, das oliveiras e diversas árvores. O livro XI Columela restringe-se a discorrer sobre as funções do capataz. Por fim, o livro XII considera-se as atribuições da esposa e traz diversas receitas.

De acordo com Fábio Duarte Joly, “deve-se a Herman Gummerus, a introdução dos agrônomos latinos e portanto de Columela no debate sobre a economia antiga em curso a partir da segunda metade do século XIX, sempre dialogando com Karl Bücher, Eduard Meyer e Max Weber. A primeira crítica que Gummerus impõe é a Karl Bücher autor da obra: “As origens da Economia Nacional” indo contra o pressuposto da “economia do *oikos*”, apresenta certas afinidades com Eduard Meyer quando afirmou categoricamente que as vilas rurais não eram unidades fechadas pois estas tinham aberturas com as cidades. Porém foi a partir da publicação de sua grande obra sobre o mundo antigo intitulado: “Relações Agrárias na Antiguidade” em 1909 que Max Weber procura analisar intensamente todos os pressupostos voltados principalmente sobre a racionalidade econômica.

De acordo com Max Weber, “com o uso dos escravos para a prática capitalista, foi de fato ligada a uma taxa de mortalidade incalculável que economicamente representava uma perda líquida de capital, com o objetivo de reverter às atividades suscetíveis de inviabilizar o custo do capital” (Weber, 1981:21). De todo o modo, a racionalidade econômica principalmente descrita nas vilas rurais teve continuidade no trabalho de autores que teriam seguido Moses Finley em seu modo de pensar. De acordo com Peter Garnsey e Richard Saller, “a economia romana não era desenvolvida, isto significava que a grande massa da população vivia próximo ao nível de subsistência, é típico de uma economia não desenvolvida, a grande força empregada na agricultura e o pouco investimento em suas riquezas” (Garnsey, Saller, 1987: 20). Tendo em vista, estas considerações utilizamos da historiografia marxista italiana representada por Andrea Carandini. De acordo com Norberto Luiz Guarinello, “seguindo este modelo a agricultura neste período teria sido marcado pela sucessão de três formas de produção: a da pequena propriedade, a média propriedade e a crise das propriedades que ocorreram no final da república e no início do Império” (Guarinello, 1993:298).

Partindo desse pressuposto, tomamos como base a análise feita pelo arqueólogo e historiador Andrea Carandini que em um artigo intitulado: “Columela’s Vineyard and the Rationality of Roman Economy” em 1983 tomando de empréstimo a hipótese

tomada por Witold Kula que afirmava que a economia antiga era bi-setorial uma economia tida como natural e outra monetária.

A racionalidade econômica é um assunto controverso no que tange a produção agrícola e a gestão da propriedade rural e constitui um dos debates mais importantes sobre a economia romana. De acordo com Norberto Luiz Guarinello, “a vila dessa forma não se referia apenas a um modelo arquitetônico qualquer, mas uma organização específica que liga por sua vez a uma produção agrícola racionalizada, no sentido de orientar-se para o mercado” (Guarinello, 1995, p1130).

Desta forma, podemos concordar com o renomado historiador Norberto Guarinello e com outros estudiosos que as vilas foram taxadas de locais para a prática do otium, ou do lazer estudioso que eram usados com frequência para a produção do mercado.

De todas essas formas, podemos concordar com a historiadora Annalisa Marzano que afirmou, “as vilas rurais eram originalmente uma unidade produtiva de terra, quando os seus hábitos eram utilizados pela elite visando pela elite a prática do ócio e como as ideias das vilas rurais eram presentes na imaginação coletiva” (Marzano, 2007:102). As vilas rurais deveriam ser capazes de produzir tudo aquilo que os proprietários necessitassem. Neste aspecto o autor faz críticas sobre o status social das elites e a desvalorização da agricultura:

Sempre escuto os principais homens de nosso Estado condenando a esterilidade do solo, e agora a inclemência do clima, porque em algumas estações passadas foram prejudiciais às colheitas; de uns eu escuto as reconciliações das referidas reclamações como um raciocínio bem fundamentado pelo fato do solo estar desgastado já não pode fornecer o sustento para os mortais com a mesma benevolência de antigamente (De Re Rustica Livro 1:3).

Na passagem acima, nota-se que a crítica empreitada por Columela não era uma crise meramente econômica como a grande maioria dos historiadores especialistas do assunto argumentavam, mas é uma crise moral e política. De acordo com Glauco Tozzi, “pois Columela não consegue encontrar apenas uma razão baseada em pressupostos econômicos responsáveis pela crise de seu tempo, pois o abandono da terra significava a decadência dos costumes morais” (Tozzi, 1968:70).

Esse absenteísmo dos grandes proprietários é consequência do caráter citadino assumindo por este tipo de estrutura agrária. Quanto a isso, escritores de tratados agronômicos não deixam nenhuma dúvida. Mas na época de Augusto e de Tibério renunciaram a todo intento da expansão dos limites, produzindo provavelmente uma oscilação, de acordo com Weber, “o baricentro econômico oscilava na formação do capital, e tomou em todo o império, exceto naquelas colônias onde se iniciava uma nova fase do desenvolvimento graças à colonização” (WEBER, 1998:195).

O modelo ideal seria aquele que o proprietário cuidasse ele próprio de sua terra. Em segundo lugar, que o capataz estivesse sobre a supervisão do senhor, porque este mesmo não tinha condições de se deslocar todas às vezes, e por último e não menos importante, a propriedade estaria sobre a supervisão do capataz e sem a supervisão do senhor.

De acordo com Jean Andreau, “no final da república e início do Império entre os séculos II a.C. ao século III d.C. os tratados de Catão, Varrão e Columela tratam longamente de certo tipo de exploração que acontecia nas vilas, designado geralmente como um grande domínio rural.” (Andreau,2011: 51). Desta forma, entende-se que:

Quando observo estas coisas revejo em minha mente e reflito sobre a unanimidade vergonhosa que a disciplina rural foi abandonada e passou do seu uso, estou temeroso que isso possa ser vergonhoso em um sentido degradante para os homens que nasceram livres (I,11-13)

De acordo com Ângela Maria Nogueira, na ideologia tradicional romana, a ocupação do ligado a infantaria, desde que se desenvolveu a urbanitas foi trabalhar na agricultura. A moral tradicional assentava-se mais nos valores campesinos do que nos valores na cidade. Para autora, “dessa forma pode-se dizer que o bom homem romano era o camponês que se mudou para a cidade” (NOGUEIRA, 2006: 26). Uma crítica que Columela lança sobre a aristocracia de sua época, no que diz respeito à dignidade que a agricultura proporciona, e servindo como base de contraponto as atividades que eram realizadas pelos seus conterrâneos. Dessa forma compreende o agricultor romano:

Mas certamente não são admiráveis como os antigos chamavam o grito de cada homem de notável riqueza e do banditismo contra os inocentes e na defesa do culpado, uma fraude apesar de nossos ancestrais, mas mesmo

permitido por nós dentro da cidade e do fórum. Ou eu poderia pensar que poderia ser um grande presente da fortuna ter um homem acorrentado próximo de suas portas no tardar da noite e esta servidão que mais traz desonra do que honra, e se um bom homem é a evitar estas perseguições e o seu tipo destas coisas como eu tenho dito, um método, uma substância que beneficia um homem que é livre e se encontra na agricultura (De Re Rustica Livro I Praef, 9-10).

A cidade é um contraponto ao espaço rural, nesse contexto a agricultura na verdade tem como objetivo não apenas dar condições de gerar uma renda para o trabalhador, mas acima de tudo uma vida digna para um homem livre. Em face da crise do seu tempo, Columela limitou-se a realizar um diagnóstico a determinar suas causas. De acordo com René Martin, “Columela representa a “burguesia romana” e também provincial que no período da dinastia dos Júlio Cláudio buscava-se afirmar economicamente diante de categorias sociais entre os libertos e os comerciantes” (Martin, 1971:148). Neste aspecto, o autor compreende a importância da agricultura intensiva:

Sou da opinião, portanto que a terra deva ser comprada nas proximidades, de modo que o proprietário possa fazer muitas perguntas do que realmente. Mais sempre do que surgir a oportunidade ele deve permanecer na terra ele não deve permanecer na terra (De Re Rustica Livro 1.2:31)

A ideia de se praticar a exploração intensiva da posse agrícola de obter o máximo de aproveitamento de suas possibilidades responde perfeitamente à mentalidade das condições do ambiente colonial provincial. De acordo com Lazaro Gabriel Lagostena Barrios, “Columela tem sido identificada como uma porta voz dos agricolae, que são personagens destacados da sociedade itálica e romana a quem sociologicamente não se sentiam representados pelos valores e políticas dos últimos imperadores das dinastias dos Júlio-Cláudio”. (BARRIOS, 2010:14). Uma comparação que pode ser feita entre Columela e os agrônomos anteriores é a questão política entre a administração da república e do Império, pois há uma inter-relação e uma construção dos discursos nas identidades aristocráticas compondo um referencial na administração rural:

Portanto, como em todos os assuntos, mas também na aquisição da terra, a moderação deve ser exercida. Para tanto, podemos comprar tudo aquilo que é necessário. Mas o limite pelo seu desejo e pelos seus meios. O desejo de

posse não é suficiente se você não possuir recursos para o cultivo (De Re Rustica Livro I 4:40.)

Dessa definição de agricultura como uma atividade que confere independência a quem a pratica foge do objetivo do tratado de Columela e não se situa exclusivamente no campo econômico, mas também no campo político e moral. O autor deixa transparecer que escreve para um público que não possuía mais prestígio comparáveis ao período republicano, que enaltecia a figura do aristocrata agricultor, seguro de sua posição política na urbe.

De acordo com Fábio Duarte Joly, “a ênfase dos agrônomos nas práticas de gerenciar as fazendas entre elas a escravidão cuja existência eles julgavam necessitar de reformas, descartando as considerações sobre as propriedades camponesas e colaborou em fixar uma imagem da vila como essencialmente na mão de obra escrava”, (JOLY, 2005:70). Neste aspecto, é possível detectar na obra de Columela uma forte presença político-ideológica principalmente na representação do proprietário rural:

Esta prática, embora às vezes prejudicial em parte, no entanto, é muito vantajoso, em geral, porque nenhum campo é cultivada sem fins lucrativos se o proprietário, através de muita experimentação, faz com que seja adequado para o uso que melhor possa servir. Esta gestão também aumenta o lucro da terra mais fértil. Assim, não deve haver negligência, em qualquer lugar, de experimentação de várias formas, e muito mais ousada deve ser mostrado em um solo rico, porque o retorno não vai tornar o trabalho e custa uma perda total. (De Re Rustica Livro 1,6:59)

Como se vê, a escravidão é central na reflexão de Columela sobre a montagem de uma propriedade agrícola. De acordo com Géza Alföldy, “Columela partilhava de uma maneira geral que era possível extrair o máximo de lucro de uma propriedade agrícola utilizando-se do trabalho escravo para o aumento da rentabilidade da produção, recomendava-se que o trabalho escravo fosse o mais especializado possível” (Alföldy, 1989:158. O tema da escravidão volta a aparecer em dois outros tópicos abordados pelos escritos a organização espacial da Villa e sua respectiva mão de obra. Em ambos

igualmente percebem as relações de oposição e complementaridade entre cidade e campo. De acordo com o autor:

O tamanho da casa deve ser proporcional deve ser proporcional ao cerco e deve ser dividida em três partes: a parte urbana por sua vez divide-se em aposentos de inverno e de verão voltando-se para o oriente no solstício de inverno e as salas de refeições ao ocidente no equinócio. (De Re Rustica Livro 1,6:1-2).

Pela descrição que nos faz Columela, percebemos que não existia uma base hierárquica para se estabelecer a distribuição de aposentos, que era diferente do que se estabelecia com a parte rústica:

Mas na parte devotada à fazenda, era usado alguns lugares espaçosos com cozinhas altas para que as vigas possam ser livres do perigo do fogo e que pode oferecer um lugar conveniente para a família do escravo em todas as estações do ano. Será mesmo que os cubículos para os escravos sem restrições e admitir ao meio dia do sol do equinócio para aqueles que estão em correntes deve haver uma prisão subterrânea tão saudável quanto possível recebendo luz através uma série de estreitas janelas construídos tão altos do chão que eles não possam alcançar com a mão (De Re Rustica Livro I, VI, 1-4)

Neste caso, nota-se a existência de dois tipos de escravos, aqueles que ficavam acorrentados durante muito tempo, da mesma forma que se estabeleceu as acomodações do procurador e do capataz:

Os alojamentos devem ser fornecidos para o supervisor ao lado da entrada para que possa haver supervisão de todos que entram e saem e o capataz sobre a entrada pelo mesmo motivo deve manter extrema vigilância sobre o procurador e perto de ambos deve haver um depósito e que possa ser recolhida junto com os utensílios de ferro (De Re Rustica Livro I VI 9-14)

A distribuição espacial desses aposentos seguia, portanto, claros critérios hierárquicos. O vilicus deve-se situar de modo a poder observar a movimentação de pessoas na propriedade e daí residiam perto da vila.

Logo, a organização do espaço da vila era um claro reflexo da forma como era distribuído o poder entre a mão de obra e aqueles que o detiam. Em todos estes aspectos, compreendemos a importância da racionalidade econômica e a análise da obra de Columela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *De Re Rustica* de Columela de fato é uma fonte importante para o mundo antigo, principalmente para os pesquisadores que anseiam desvendar as nuances do mundo rural romano. Dentro destes fatos apresentados, pretendemos observar as possíveis leituras que tanto o próprio Columela apresenta sobre as vilas rurais geralmente usadas para o descanso dos nobres romanos como também para a produção de bens materiais que seriam usados para o mercado mais próximo. Com o auxílio da historiografia que buscou analisar a presente fonte, podemos observar que não é apenas uma racionalidade econômica que encontramos no desenvolvimento de suas vilas, mas uma análise política e ideológica. Com todas as considerações devidas, percebemos alguns equívocos apontados por uma historiografia mais tradicional que apontava Columela como um “capitalista”, acreditamos que esta anacronia seja perigosa para o desenvolvimento de futuras pesquisas que possam a vir ser desenvolvidas.

FONTE:

COLUMELLA, L.J.M. *De Re Rustica*. Cambridge: Loeb Classical, 1974.

BIBLIOGRAFIA

ALFOLDY, G. *História Social de Roma* Lisboa: Presença, 1989.

ANDREAU, Jean *L'économie du Mounde Romaine* Eclipse 2010

BARRIOS, Lágostena Gabriel Lázaro. *Columela: una visión provincial de la uillatica pastio. HISPANIA et Gallia: Dos Provinciais del Occidente Romano* Universidade de Barcelona, 2010.

CARANDINI, Andrea *Columella's VineYard and the Rationality of the Roman Economy* OPUS 21,1983.

GARNSEY, P.e SALLER, R. *The Roman Empire, Economy, Society and Culture*. Los Angeles Califórnia, Universidade de Berkeley, 1987.

GUARINELLO, Norberto. Luis. *Ruínas de uma Paisagem: Arqueologia das Casas de Fazenda Itália Antiga* Tese de doutorado em Arqueologia, USP,1993.

GUARINELLO, N. L. . *A Economia Antiga e A Arqueologia Rural*. CLASSICA, SÃO PAULO, v. 7/8, p. 271-283, 1995.

JOLY, DUARTE, F. “Espaço, Poder e Escravidão no De Re Rustica de Columella”.

Revista Brasileira de História São Paulo v. 23, n.45: São Paulo, 2003.

_____ *Libertat Opus est. Escravidão, manumissão e Cidadania a época de Nero (54-68 d.C.)* São Paulo 2005.

KOLENDO, J. *L'Agricoltura nell'Italia Anticua Tecniche agrarie e progresso economico dalla tarda republica al principato*. Roma: Editora Riuniti, 1980.

MARTIN, R. *Recherchessur les agronomes latins et leurs conceptions economiques et sociales*. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

_____. “FamiliaRustica: les esclaves chez les agronomeslatins”. In: *Actes du Colloque 1972 sur l'Esclavage*. Besançon: AnnalesLitteéraires de L'Université de Besançon, Paris: LesBellesLettres, 1974.

MARZANO, Annaliza. *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill, 2007.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

NOGUEIRA, Maria Angela Villa x Intramurani: A atividade produtiva no mundo antigo na perspectiva de Columela Monografia de Bacharelado de História UFPR,2006.

TOZZI, G. Economistas Griegos y Romanos. México, Fondo de Cultura Economica, 1968.

WEBER, Max História Agrária Romana Ed Martins Fontes, 1998.

WEBER, Max. *Storia Economica E Sociale Dell'Antichita* Editora Riuniti,1981

ZANNIER, M.P Paysages Du Grand Domaine et norms agronomiques de Caton à Pline l'ancien.Tese de doutorado Universite du Maine 2007.